





















**TCESE**  
Tribunal de Contas do  
Estado de Sergipe

**STCS - Sistema de Transparência e Controle Social**

-  Dados da Unidade
-  Orçamento
-  Receitas
-  Despesas
-  Empenhos
-  Contratos
-  Convênios
-  Dispensas/Inexigibilidades
-  Licitações
-  Obras/Engenharia
-  Receita Corrente Líquida
-  Relatórios(LRF)
-  Relatórios(Contr. Interno)
-  MDE
-  FUNDEB
-  Saúde
-  Pessoal
-  Repasses Financeiros
-  Balancete Contábil

Dados da Unidade &gt; FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB)**

 Base Legal: [RESOLUÇÃO TCE Nº 243/2007 \(ANEXO II\)](#)
**Nota Explicativa**

O município é obrigado a gastar, no mínimo, 60% dos recursos recebidos do FUNDEB, no ano, mais os seus rendimentos financeiros, na remuneração dos profissionais do magistério que estão em atividade na sua rede de ensino, na educação infantil ou no ensino fundamental.

O município poderá gastar o restante dos recursos nas despesas consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino elencadas no artigo 10 da Resolução 243/2007, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.  
... [\[expandir nota\]](#)

**UNIDADES RESPONSÁVEIS PELO ENVIO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DO FUNDEB**

UNIDADE	INFORMA	MÊS DO ÚLTIMO INFORME NO ANO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO	RECEITA	DEZEMBRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO	DESPESA	DEZEMBRO

Obs: O demonstrativo só é visualizado até o mês que há informações simultâneas de receita e despesa.

**PERÍODO**

Ano: **2016**

Até o mês de:

**CONTAS BANCÁRIAS DO FUNDEB**


















BANCO	AGÊNCIA	CONTA BANCÁRIA	DESCRIÇÃO DA CONTA BANCÁRIA
001 - BANCO DO BRASIL S.A.	117	14735-7	B.B. - 14.935-7 - FUNDEB
001 - BANCO DO BRASIL S.A.	117	14935-7	B.B. - 14.935-7 - FUNDEB (APLICACAO)
001 - BANCO DO BRASIL S.A.	1171	149357-00	FUNDEB








**SALDO DAS CONTAS BANCÁRIAS DO FUNDEB, NO INÍCIO DO EXERCÍCIO, CONFORME REGISTRO CONTÁBIL**
**304,41**





RECURSOS RECEBIDOS PROVENIENTES DO FUNDEB	NO MÊS	ATÉ O MÊS
13250102 RECEITA DE APLICACAO FINANCEIRA - FUNDEB	567,60	3.058,24
17240100 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDEB	175.638,98	779.465,65
<b>TOTAL (A)</b>	<b>176.206,58</b>	<b>782.523,89</b>

**DESPESAS CONSIDERADAS NA APURAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (1)**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADAS E PAGAS NO EXERCÍCIO	NO MÊS	ATÉ O MÊS
<b>REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL (B)</b>	<b>138.424,76</b>	<b>572.464,11</b>
31900400 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.638,09	16.339,12
01 PROFESSORES SUBSTITUTOS	5.638,09	16.339,12
31901100 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	132.786,67	556.124,99

04 FUNCAO GRATIFICADA OU FUNCAO DE CONFIANCA	4.031,30	15.657,24	
07 ANUENIO, TRIENIOS E QUINQUENIOS	17.377,53	66.972,06	
09 13º SALARIO OU GRATIFICACAO NATALINA	0,00	14.080,10	
10 ADICIONAL OU ABONO DE FERIAS	0,00	38.996,95	
<b>REMUNERAÇÃO DOS DEMAIS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>57.397,08</b>	<b>217.419,52</b>	
31901100 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	57.397,08	217.419,52	
01 VENCIMENTOS E SALARIOS	38.720,00	154.289,33	
04 FUNCAO GRATIFICADA OU FUNCAO DE CONFIANCA	1.716,00	6.966,40	
05 ADICIONAL DE PERICULOSIDADE OU DE INSALUBRIDADE	2.376,00	9.504,00	
07 ANUENIO, TRIENIOS E QUINQUENIOS	7.348,00	29.235,73	
09 13º SALARIO OU GRATIFICACAO NATALINA	3.102,00	5.346,00	
10 ADICIONAL OU ABONO DE FERIAS	2.903,98	7.425,19	
98 OUTROS TIPOS DE ADICIONAL	1.231,10	4.652,87	
<b>DEMAIS DESPESAS COM A EDUCAÇÃO INFANTIL E COM O ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>10.863,51</b>	<b>23.900,31</b>	
33903000 MATERIAL DE CONSUMO	10.863,51	23.900,31	
01 COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	10.863,51	23.900,31	
<b>TOTAL (C)</b>	<b>206.685,35</b>	<b>813.783,94</b>	

<b>OUTROS RECEBIMENTOS</b>	<b>NO MÊS</b>	<b>ATÉ O MÊS</b>	
RETENÇÕES EFETUADAS NOS PAGAMENTOS (2)	43.798,45	177.528,13	
19219998 INDENIZACOES - FUNDEB	0,00	0,00	
19229998 RESTITUICOES - FUNDEB	986,96	986,96	
22190097 ALIENACAO DE BENS MOVEIS - FUNDEB	0,00	0,00	
22290097 ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - FUNDEB	0,00	0,00	
<b>TOTAL</b>	<b>44.785,41</b>	<b>178.515,09</b>	

<b>OUTROS PAGAMENTOS</b>	<b>NO MÊS</b>	<b>ATÉ O MÊS</b>	
RETENÇÕES RECOLHIDAS NO EXERCÍCIO (3)	24.249,59	92.832,73	
DESPESAS PAGAS INDEVIDAMENTE PELAS CONTAS BANCÁRIAS DO FUNDEB (1)	0,00	0,00	
<b>TOTAL</b>	<b>24.249,59</b>	<b>92.832,73</b>	

<b>SALDO DAS CONTAS BANCÁRIAS DO FUNDEB, EM 30/04/2016, CONFORME REGISTRO CONTÁBIL</b>	<b>1.135,21</b>	
--	-----------------	---

<b>APURAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	<b>% MÍNIMO EXIGIDO</b>	<b>% APLICADO</b>
<b>PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL ATÉ 30/04/2016 (B/A * 100)</b>	<b>60,00</b>	<b>73,15</b>
<b>PERCENTUAL APLICADO, DOS RECURSOS RECEBIDOS, ATÉ 30/04/2016 (C/A * 100)</b>	<b>95,00</b>	<b>103,99</b>

**OBSERVAÇÕES**

(1) O valor da despesas consideradas e não consideradas, na apuração do limite constitucional, é a soma dos pagamentos brutos menos seus estornos.

(2) Soma dos valores retidos nos pagamentos realizados pelas contas bancárias FUNDEB.

(3) Soma de todos os pagamentos realizados pelas contas bancárias do FUNDEB referentes às retenções ocorridas nos pagamentos.

Os níveis de ensino que compõem à atuação prioritária do Município são a EDUCAÇÃO INFANTIL e o ENSINO FUNDAMENTAL. (art. 211 2º e 3º da Constituição Federal)

